
**O efeito dos gastos públicos sociais no crescimento econômico: uma análise comparativa
entre os países membros da CEPAL e OCDE**

Anderson Gedeon Buzar Reis
Mestre em Administração pela Fucape Business School
anderson.gedeon@ifma.edu.br

Newton Paulo Bueno
Doutor em Teoria Econômica pela Fucape Business School
newton@fucape.br

Editor Científico: José Edson Lara
Organização Comitê Científico
Double Blind Review pelo SEER/OJS
Recebido em 22.12.2017
Aprovado em 21.11.2018



Este trabalho foi licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição – Não Comercial 3.0 Brasil

Resumo

A literatura que aborda o efeito dos gastos públicos sociais sobre o crescimento econômico dos países é controversa. O objetivo deste estudo é duplo. Avaliar se o investimento em gasto público social realizado pelo Estado impacta positivamente o crescimento da economia dos países e, em segundo lugar, testar se a desigualdade de renda influencia esse efeito. A amostra foi composta por 20 países pertencentes a CEPAL e 33 países pertencentes a OCDE no intervalo de anos de 2002 a 2014. Os resultados da análise indicam que, em ambos os cenários, isto é, levando em consideração o efeito dos gastos públicos sociais sobre o crescimento da economia e considerando ambientes com alta e baixa desigualdade de renda, o efeito dos gastos públicos sociais sobre o crescimento do PIB é negativo. Esses resultados sugerem que o gasto público social para gerar crescimento do PIB deverá elevar a produtividade da economia.

Palavras-chave: Gasto público social. Crescimento do PIB. Desigualdade de renda.

The Effect of Public Social Spending on the Economic Growth: a comparative analysis between ECLAC and OECD member countries

Abstract

The literature when addressing the effect of public social spending on the economic growth of countries is controversial. The objective of this study is twofold. Evaluate whether the investment in public social spending carried out by the State has a positive impact on the economic growth of countries and, secondly, to test whether income inequality influences this effect. The sample was composed of 20 countries belonging to ECLAC and 33 OECD countries between the years of 2002 to 2014. The results of the analysis indicate that in both scenarios, that is, taking into account the effect of public social spending on the growth of the economy and considering environments with high and low income inequality, the effect of public social spending on GDP growth is negative. These results suggest that public social spending to generate GDP growth should raise the productivity of the economy.

Keywords: Social public spending. GDP growth. Income inequality.

El Efecto del gasto público social en el crecimiento económico: un análisis comparativo entre los países miembros de la CEPAL y la OCDE

Resumen

La literatura que aborda el efecto de los gastos públicos sociales sobre el crecimiento económico de los países es controvertida. El objetivo de este estudio es doble. Evaluar si la inversión en gasto público social realizado en el Estado impacta positivamente el crecimiento de la economía de los países y, en segundo lugar, probar si la desigualdad de renta influye en ese efecto. La muestra fue compuesta por 20 países pertenecientes a la CEPAL y 33 países pertenecientes a la OCDE en el intervalo de años de 2002 a 2014. Los resultados del análisis indican que, en ambos

escenários, es decir, teniendo en cuenta el efecto de los gastos públicos sociales sobre el crecimiento de la economía y considerando ambientes con alta y baja desigualdad de ingresos, el efecto de los gastos públicos sociales sobre el crecimiento del PIB es negativo. Estos resultados sugieren que el gasto público social para generar crecimiento del PIB debería elevar la productividad de la economía.

Palabras clave: Gasto público social. Crecimiento del PIB. Desigualdad de ingresos.

1 Introdução

A literatura apresenta evidências de que políticas sociais podem induzir o desenvolvimento econômico sustentável ao propiciarem proteção contra riscos sociais e contribuïrem para o financiamento de diferentes tipos de bens, serviços e investimentos públicos (Kangas & Palme, 2005; Castro & Afonso, 2009) e ao gerarem investimentos na capacidade produtiva, aumentam a produtividade da iniciativa privada, elevando o consumo e reduzindo a incerteza (Kerstenetzky, 2011; Nolan, 2013).

Entretanto, existem evidências que sugerem o efeito contrário, isto é, que o aumento dos gastos sociais tem efeito negativo no crescimento econômico, pois elevam os custos do trabalho e assim reduzem a produtividade (Midgley & Tang 2001; Kwon, Mkandawire, & Palme, 2009).

Uma terceira vertente sugere que os efeitos de políticas públicas sociais no crescimento econômico podem ser afetados pelas características intrínsecas aos ambientes analisados. Para Soares, Ribas e Osório (2010), por exemplo, os programas sociais de países com alta desigualdade de renda como, por exemplo, México, Bolívia, Brasil, Peru, Argentina e Venezuela embora tenham contribuïdo para a diminuição da desigualdade de renda e a redução da extrema pobreza, não elevaram significativamente as taxas de crescimento econômico.

O presente estudo visa contribuir para o debate avaliando o efeito do gasto público social sobre a taxa de crescimento econômico e testando se tal efeito depende das características intrínsecas aos ambientes analisados, em particular a desigualdade de renda.

Para esse fim, utilizaram-se dados secundários referentes aos anos de 2002 a 2014 dos países membros da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A escolha de países membros da CEPAL e da OCDE se deu pelo fato de os países que compõem as duas instituições internacionais possuïrem características similares. De um lado temos os países que compõem a CEPAL caracterizados pela alta desigualdade de renda e de outro os países que compõem a OCDE caracterizados pela baixa desigualdade de renda (CEPAL, 2014; OCDE, 2014).

2 Referencial Teórico

2.1 Gastos públicos sociais e crescimento econômico

Gastos públicos sociais são investimentos nas áreas de educação, saúde, moradia, assistência social e previdência social que visam o progresso econômico-social dos cidadãos (Khan & Bashar, 2015). Dessa forma, a literatura tem apresentado um aumento no número de pesquisas que investigam o efeito dos gastos sociais com o crescimento econômico. Destacam-se na literatura duas tendências principais. Uma que defende que os investimentos em gastos sociais podem reduzir diretamente a vulnerabilidade de populações pobres (Ahn & Kim, 2015; Midgley & Tang, 2001; Kwon, Mkandawire, & Palme, 2009). E uma segunda, que argumenta que a qualidade de vida das pessoas só será melhorada de forma sustentável por políticas públicas que aumentem a produtividade das respectivas economias, como investimentos em educação (Mankiw, 2009; Popa, 2016; Nelson & Stephens, 2012; Esping-Andersen, 2002).

Estudos brasileiros têm tentado replicar esses estudos para algumas regiões do país obtendo o resultado de que alguns, mas não todos os investimentos podem afetar positivamente o crescimento (Sant'anna, 2006; Araújo, Monteiro, & Morais, 2014; Andrade, Teixeira, & Fortunato, 2014).

Com base nesses argumentos propõe-se testar a seguinte hipótese.

Hipótese 1: Gastos públicos sociais têm efeito positivo no crescimento econômico.

2.2 Desigualdade de renda e crescimento econômico

A literatura internacional existente indica que a relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico não é também consensual. Existe uma dúvida especificamente no que tange a se uma melhor distribuição de renda pode impulsionar o desenvolvimento criando um círculo virtuoso de política econômico-social e redução da desigualdade (Aghion, Caroli, & Garcia-Penalosa, 1999).

Uma primeira vertente indica que a desigualdade de renda é nociva para o desenvolvimento econômico. Em países mais desiguais, por exemplo, a sociedade demanda por uma política redistributiva de renda que pode ser utilizada para reduzir a desigualdade social financiada por uma maior carga tributária, gerando uma redução no crescimento econômico (Alesina & Perotti, 1996; Persson & Tabellini, 1994).

Uma segunda vertente sugere que haja um efeito negativo da desigualdade de renda sobre o crescimento econômico, entretanto, uma revisão mais ampla dos estudos indica que o efeito

negativo dessa relação é menos significativo do que a maioria da literatura acredita (Forbes, 2000; Welch, 1999; Galor & Tsiddon, 1997).

Com base nesses argumentos, são propostas as seguintes hipóteses de pesquisas adicionais:

Hipótese 2a: Gastos públicos sociais têm efeito positivo no crescimento econômico em ambientes com alta desigualdade de renda.

Hipótese 2b: Gastos públicos sociais têm efeito negativo no crescimento econômico em ambientes com baixa desigualdade de renda.

3 Metodologia

3.1 Modelo

Para testar o efeito dos gastos públicos sociais sobre o crescimento econômico (H1), utilizou-se o seguinte modelo:

$$\text{Modelo 1: } \text{cresc}_{\text{piib}} = \beta_0 + \beta_1 \text{ Gastos públicos sociais} + \text{Controles} + \varepsilon \quad (1)$$

Com este modelo 1, espera-se de β_1 influencie positivamente a variável dependente que é o crescimento do PIB nominal que se utiliza de preços correntes da produção de bens e serviços para medir o crescimento da economia como um todo; As variáveis de controle são a falta de segurança do país, o desemprego do país; o nível de corrupção do país; o nível de escolaridade da força de trabalho do país; o índice de Gini; e o nível de entrave burocrático para abertura de uma empresa no país.

Tabela 1

Sinal esperado do modelo utilizado a partir da hipótese formulada

HIPÓTESE	SINAL ESPERADO
Hipótese 1 – Os gastos públicos sociais têm efeito positivo no crescimento econômico.	$\beta_1 > 0$

Fonte: Elaborado pelos próprios autores

Para testar se os gastos públicos sociais têm efeito positivo no crescimento econômico em ambientes com alta desigualdade de renda (H2a) ou se os gastos públicos sociais têm efeito negativo no crescimento econômico em ambientes com baixa desigualdade de renda (H2b) utilizou-se o seguinte modelo:

$$\text{Modelo 2: } \text{cresc}_{\text{piib}} = \beta_0 + \beta_1 \text{ Gastos públicos sociais} \quad (2)$$

$$+ \beta_2 \text{ Gastos públicos sociais x Desigualdade} + \text{Controles} + \varepsilon \quad (3)$$

Com este modelo 2, espera-se de β_2 seja positivo para a hipótese 2a e que β_2 seja negativo para a hipótese 2b; As variáveis de controle são a falta de segurança do país, o desemprego do país; o nível de corrupção do país; o nível de escolaridade da força de trabalho do país; o índice de Gini; e o nível de entrave burocrático para abertura de uma empresa no país.

Os sinais esperados do modelo a partir das hipóteses formuladas seguem apresentadas na tabela 2:

Tabela 2

Sinal esperado do modelo utilizado a partir das hipóteses formuladas

HIPÓTESES	SINAL ESPERADO
Hipótese 2a – Os gastos públicos sociais têm efeito positivo no crescimento econômico em ambientes com alta desigualdade de renda.	$\beta_{2a} > 0$
Hipótese 2b – Os gastos públicos sociais têm efeito negativo no crescimento econômico em ambientes com baixa desigualdade de renda.	$\beta_{2b} < 0$

Fonte: Elaborado pelos autores

3.2 Variáveis de interesse

O presente estudo tem uma abordagem quantitativa, de caráter descritivo e com dados em painel. Para verificar as hipóteses propostas, a pesquisa utilizou dados secundários entre os anos de 2002 a 2014 dos países membros da CEPAL e da OCDE a partir das seguintes fontes: CEPAL, OCDE, *World Bank* (WDI), *Transparency International* e *Doing Business Database*.

Neste estudo, a variável dependente é o crescimento do Produto Interno Bruto dos países. Para o crescimento econômico, foram utilizados os dados do WDI (2016) referentes ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de cada país pertencente a CEPAL e a OCDE com dados entre os anos de 2002 a 2014.

Quanto à variável explicativa, utilizou-se o percentual de gastos públicos sociais em relação ao PIB dos países analisados. Os dados referentes sobre o percentual de gastos públicos sociais com relação ao PIB dos países analisados foram extraídos da CEPAL (2014) e OCDE (2014). Gasto público social para a OCDE - *Organization for Economic Co-operation Development* (2014) refere-se ao percentual de gastos públicos sociais que foram aplicados na economia em relação ao PIB dos países durante o período analisado.

3.3 Variáveis de controle

Para controlar a heterogeneidade em várias dimensões entre os países, foram utilizadas variáveis de controle como desemprego, segurança pública, índice de Gini, nível de escolaridade da força de trabalho, dados referentes aos níveis de corrupção e dados referentes a entraves burocráticos à abertura e continuidade de atividades empresariais. Tais informações,

que refletem a qualidade das instituições dos países, foram obtidas junto ao Banco Mundial – WDI (World Bank, 2016), à Transparência Internacional (*Transparency International*) e ao *Doing Business Database*.

O desemprego foi analisado por meio de dados disponíveis pelo WDI (World Bank, 2016) e refere-se à participação da força de trabalho que se encontra sem ocupação, mas que está disponível para o trabalho e à procura de um novo emprego.

A segurança pública foi analisada a partir de dados fornecidos pelo WDI (World Bank, 2016), levando em consideração os homicídios intencionais (*Intentional Homicides*), obtidos a partir de uma coleta de dados realizada a cada 100.000 (cem mil) habitantes. Para o *World Bank* (2016), homicídios intencionais são resultados de disputas domésticas, violência interpessoal, conflitos armados pela disputa dos recursos da terra, violência entre gangues e grupos armados.

O índice de Gini foi obtido a partir de dados fornecidos pelo WDI (World Bank, 2016) e mede o grau de concentração de renda entre indivíduos ou famílias dentro de uma economia. O índice de Gini igual a 0 (zero) representa a igualdade perfeita, ou seja, todos possuem a mesma renda, enquanto um índice igual a 100 (cem) indica desigualdade perfeita, isto é, um indivíduo detém toda a riqueza.

A corrupção dos países foi medida tendo como base o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), fornecido pelo *Transparency International* (2016). O IPC mede os níveis percebidos de corrupção no setor público de um país e se fundamenta em pesquisas de opiniões realizadas com diferentes especialistas e empresários. O IPC entre os anos de 2002 a 2011 variou numa escala de 0 a 10, sendo 0 (zero) para países percebidos como muito corruptos e 10 (dez) para os países percebidos com baixos níveis de corrupção. Nos anos de 2012 a 2014, o IPC variou numa escala de 0 a 100, sendo 0 (zero) para países percebidos como muito corruptos e 100 (cem) para países percebidos com baixos níveis de corrupção.

Com relação ao nível de escolaridade, foi analisado a partir de dados fornecidos pelo WDI (World Bank, 2016), levando em consideração o nível de escolaridade da força de trabalho existente nos países. Para o *World Bank* (2016), nível de escolaridade da força de trabalho existente é a parcela da força de trabalho total que alcançou ou completaram o ensino primário como o mais alto nível de educação.

Os dados referentes à abertura de empresas para as pessoas que desejam abrir um negócio foram obtidos no *Doing Business Database* (2016); são eles: as variáveis, procedimentos, tempo, custos e capital mínimo integralizado. A variável procedimentos significa a quantidade

de procedimentos que os fundadores da empresa têm com terceiros como, por exemplo, órgãos do governo, profissionais ou cartórios para concretizar a abertura da empresa.

A variável tempo registra a duração média que profissionais ou cartórios indicam serem necessário para o fundador concluir o procedimento de registro da sua empresa; a variável custos, considera todas as despesas oficiais relativas a serviços de profissionais, impostos e taxas exigidas por lei para a concretização da abertura da empresa e essa variável custos é registrada como um percentual da renda per capita da economia do país.

A variável capital mínimo representa o valor que o fundador da empresa precisa desembolsar para depositar em uma instituição financeira ou cartório, a fim de integralizar o capital social da empresa, esse valor do depósito de recurso visando à integralização do capital social da firma é geralmente especificado na legislação comercial do país e assim como a variável custos, também representa um percentual da renda per capita da economia do país.

4 Análise dos Resultados

4.1 Estatísticas descritivas

Nesta seção apresentam-se os dados para que seja possível verificar se o investimento em gasto público social realizado pelo Estado impacta positivamente no crescimento do PIB e, especificamente, se tal efeito depende das características intrínsecas aos ambientes analisados, em particular a desigualdade de renda.

Tabela 3

Estatísticas Descritivas dos Países Membros da OCDE e CEPAL

Demonstra as médias das variáveis da amostra analisada, para compararmos os países pertencentes a OCDE e a CEPAL.

Variáveis	OCDE		CEPAL		Diferença	P valor
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão		
Corrupção	21,60	27,43	11,13	15,21	10,47	0,0000***
Desemprego	7,63	3,97	7,16	3,72	0,47	0,1228
Falta Seg.	1,67	1,46	24,85	19,37	-23,18	0,0000***
Procedimentos	6,10	2,87	10,65	3,49	-4,55	0,0000***
Tempo (dias)	18,83	18,55	49,15	39,15	-30,31	0,0000***
Custos	6,25	6,81	38,93	38,59	-32,67	0,0000***
Capital Mín.	28,63	51,14	12,40	34,18	16,23	0,0001***
Nível Esco.F.T	22,60	14,81	38,76	12,54	-16,15	0,0000***
Índice Gini	32,02	5,00	50,79	4,42	-18,77	0,0000***
Gast.Pub.Soci.	20,97	5,47	13,85	7,44	7,12	0,0000***
Crescim. PIB	2,04	3,09	4,05	3,71	-2,01	0,0000***

Significância: * $p < 0,10$, ** $p < 0,05$, *** $p < 0,01$

Fonte: Elaborado pelos autores

A Tabela 3 apresenta a média e o desvio padrão das variáveis que se espera que afetem o crescimento econômico dos grupos dos países analisados. Observa-se, conforme Tabela 1, que em média os países pertencentes a CEPAL são menos seguros, tem profissionais menos qualificados, e tem renda mais concentrada. A literatura referente à capital social afirma que países nessas condições tendem a apresentar baixo crescimento econômico (Putnam, 1995; Midgley & Livermore, 1998).

Ainda de acordo com a Tabela 1, nota-se que o número de procedimentos, tempo (dias) e os custos para se abrir um negócio em média na CEPAL são 10,65; 49,15 dias e 38,93%, respectivamente. Na OCDE, os mesmos resultados em média são 6,10; 18,83 dias e 6,25%, respectivamente. Percebe-se, assim, que em média os valores da CEPAL são maiores que dos países que formam a OCDE. Consta-se, assim, ser mais difícil empreender em países pertencentes a CEPAL, devido à elevada burocracia que influencia diretamente na qualidade das instituições e no ambiente de negócios dos países.

A tabela 3 evidencia finalmente que a média do índice de corrupção nos países pertencentes a CEPAL (11,13) é maior que a média do índice da OCDE (21,60). Esse resultado que não é de surpreender, dada à excessiva burocratização nos países do primeiro bloco. A corrupção é uma ameaça para o crescimento econômico, pois diminui a eficiência do setor público e privado, distorce o ambiente econômico e propicia uma instabilidade política ameaçando os investimentos e ao mesmo tempo reduzindo a produtividade da economia (Shera, Dosti, & Grabova, 2014; Everhart, Vazquez, & Mcnab, 2009).

4.2 Resultados

Os resultados foram avaliados utilizando modelos de regressão linear múltipla distintos. Os primeiros contemplam os gastos públicos sociais isoladamente, e os demais contemplam além dos gastos públicos sociais, a influência da desigualdade de renda. Devido à falta de informações sobre todas as variáveis de controle durante o período analisado, o estudo utilizou o mesmo modelo com mais de uma especificação de forma a tentar utilizar um maior número de observações e verificar uma maior robustez nos resultados.

Os painéis A e B da Tabela 4 revelaram o resultado do efeito do gasto público social sobre o crescimento do PIB dos países pertencentes a OCDE e a CEPAL, relacionando-os com todas as variáveis de controle (corrupção, desemprego, falta de segurança, procedimentos, tempo, custos, capital mínimo, nível de escolaridade da força de trabalho e índice de Gini), sem

as variáveis de controle (nível de escolaridade da força de trabalho, índice de Gini e o *doing business*) e sem as variáveis de controle (nível de escolaridade da força de trabalho e o índice de Gini).

Tabela 4

Resultado da Estimativa do Modelo de Regressão Hipótese 1

Esta tabela apresenta resultados acerca da estimação do modelo:

$$\text{cresc}_{\text{pib}} = \beta_0 + \beta_1 \text{Gastos públicos sociais} + \text{Controles} + \varepsilon$$

PAINEL A – Resultados dos efeitos do modelo com e sem as variáveis de controle dos países pertencentes a OCDE.

VARIÁVEIS	SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE, GINI E DOING BUSINESS		SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE E GINI		TODOS OS CONTROLES	
	Coef.	P Valor	Coef.	P Valor	Coef.	P Valor
Gas. Púb.Soc.	-1.195	0,000***	-1.236	0,000***	-1.606	0,000***
Corrupção	.002	0,690	.009	0,214	-,0044	0,706
Desemprego	.039	0,576	.104	0,196	.108	0,331
Falta Seg.	.034	0,906	.101	0,837	.135	0,844
Procedimentos			.062	0,742	.160	0,506
Tempo (dias)			.007	0,663	.003	0,856
Custo			.094	0,185	.091	0,286
Capital Míni.			.012	0,101	.014	0,102
Nível escolar.					-.318	0,009
Índice Gini					.161	0,381
Cons	-86.964	0,310	-105.207	0,440	-212.189	0,361
Nº OBS.	374		292		206	
R ²	0,3447		0,3995		0,4654	

PAINEL B – Resultados dos efeitos do modelo com e sem as variáveis de controle dos países pertencentes a CEPAL.

VARIÁVEIS	SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE, GINI E DOING BUSINESS		SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE E GINI		TODOS OS CONTROLES	
	Coef.	P Valor	Coef.	P Valor	Coef.	P Valor
Gas.Púb. Soc.	-.381	0,018**	-.565	0,007***	-.754	0,018**
Corrupção	-.012	0,747	.025	0,473	.016	0,690
Desemprego	-.555	0,003***	.097	0,671	-.411	0,249
Falta Seg.	-.096	0,052	-.084	0,161	-.098	0,309
Procedimentos			-.285	0,200	-.106	0,748
Tempo (dias)			.024	0,237	.044	0,119
Custo			.010	0,657	-.001	0,978
Capital Míni.			-.003	0,756	-.006	0,563
Nível escolar.					.039	0,294
Índice Gini					.157	0,476
Cons	-31.267	0,836	153.663	0,459	-266.256	0,335
Nº OBS.	182		140		74	
R ²	0,1068		0,1859		0,2644	

Significância: *p<0,10, **p< 0,05, ***p< 0,01

Fonte: Elaborado pelos autores

Os painéis A e B da Tabela 5 revelaram o efeito do gasto público social sobre o crescimento do PIB dos países pertencentes a OCDE e CEPAL, levando em consideração além dos gastos sociais, a influência da desigualdade de renda nestes países, relacionando-os com todas as variáveis de controle (corrupção, desemprego, falta de segurança, procedimentos, tempo, custos, capital mínimo, nível de escolaridade da força de trabalho e índice de Gini), sem as variáveis de controle (nível de escolaridade da força de trabalho e *doing business*) e sem a variável de controle (nível de escolaridade da força de trabalho).

Tabela 5

Resultado da Estimativa do Modelo de Regressão Hipóteses 2a e 2b

Esta tabela apresenta resultados acerca da estimação do modelo:

$$\text{cresc}_{\text{pib}} = \beta_0 + \beta_1 \text{Gastos públicos sociais} + \beta_2 \text{Gastos públicos sociais} \times \text{Desigualdade} + \text{Controles} + \varepsilon$$

PAINEL A – Resultados dos efeitos do modelo com e sem as variáveis de controle dos países pertencentes a OCDE.

VARIÁVEIS	SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE E DOING BUSINESS		SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE		TODOS OS CONTROLES	
	Coef.	P Valor	Coef.	P Valor	Coef.	P Valor
Gas. Púb.Soc.	-1.782	0,000***	-1.664	0,000***	-1.763	0,000***
Gastos Púb. Soc. x Gini	.010	0,026**	.006	0,251	.005	0,274
Corrupção	-.001	0,819	.001	0,871	-.004	0,540
Desemprego	.051	0,703	.099	0,494	.112	0,451
Falta Segu.	-.128	0,759	-.068	0,907	.138	0,862
Procedimentos			.042	0,799	.158	0,301
Tempo			.006	0,692	.004	0,774
Custo			.065	0,381	.093	0,197
Capital Míni.			.013	0,249	.015	0,214
Nível Escola.					-.320	0,001**
Cons.	-79,392	0,750	-269.598	0,272	-190,759	0,446
Nº OBS.	242		211		206	
R ²	0,3904		0,4376		0,4641	

PAINEL B – Resultados dos efeitos do modelo com e sem as variáveis de controle dos países pertencentes a CEPAL.

VARIÁVEIS	SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE E DOING BUSINESS		SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE		TODOS OS CONTROLES	
	Coef.	P Valor	Coef.	P Valor	Coef.	P Valor
Gas.Púb. Soc.	-1.157	0,068*	-.830	0,386	-1.268	0,431
Gas.Púb. Soc. x Gini	.011	0,351	-.001	0,935	.010	0,684
Corrupção	-.001	0,946	.008	0,640	.017	0,438
Desemprego	-.928	0,014**	-.306	0,918	-.402	0,305
Falta Segu.	-.038	0,335	-.071	0,066	-.098	0,082
Procedimentos			-.238	0,170	-.110	0,556
Tempo			.039	0,025**	.046	0,067

Custo			.013	0,612	-.0009	0,974
Capital Míni.			-.007	0,096	-.007	0,546
Nível Escola.					.035	0,261
Cons.	-115.383	0,383	-298,673	0,136	-229.219	0,415
Nº OBS.	138		114		74	
R ²	0,1689		0,2614		0,2612	

Significância: * $p < 0,10$, ** $p < 0,05$, *** $p < 0,01$

Fonte: Elaborado pelos autores

4.2.1 Efeito dos gastos públicos sociais nos países da OCDE e CEPAL

Os resultados na Tabela 4, painéis A e B, mostram um R² ajustado levando em consideração todos os controles um valor de 0,4654 e 0,2644 para os países da OCDE e CEPAL, respectivamente. Estes dados significam que aproximadamente 46,54% e 26,44% das variações no crescimento do PIB para os países da OCDE e CEPAL respectivamente podem ser explicadas pelos gastos públicos sociais mais as variáveis de todos os controles.

Diante destes percentuais, as variáveis analisadas explicam muito mais a variação do crescimento de países desenvolvidos do que de países em desenvolvimento, visto que o percentual da OCDE foi maior que o percentual da CEPAL. Isso pode ser pelo fato da economia dos países em desenvolvimento que compõem a CEPAL sofrerem de uma instabilidade sociopolítica maior que os países desenvolvidos que compõem a OCDE.

Os resultados da regressão para a Tabela 4, painéis A e B levando em consideração todos os cenários dispostos revelaram que o efeito dos gastos públicos sociais está relacionado de forma significativa e negativa com o crescimento do PIB dos países pertencentes a OCDE e a CEPAL.

Esse resultado permite afirmar que quanto mais o Estado investe em média em gastos públicos sociais, menor tende a ser o crescimento econômico, tornando sem efeito a Hipótese 1 e corroborando os estudos anteriores com grupos de países diferentes de (Bhagwati, 1982; Murray, 1984; Hansson & Henrekson, 1994; Midgley & Tang, 2001; Kwon, Mkandawire, & Palme, 2009; McDonald & Miller, 2010).

O crescimento das necessidades por investimentos em educação, saúde, moradia, previdência social e programas de assistência social que visam à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, faz com que o Estado necessite arrecadar mais recursos sem ao mesmo tempo elevar os custos da atividade econômica (Khan & Bashar, 2015). Nesse sentido, os países para alinharem o crescimento econômico ao desenvolvimento social, devem investir em gastos sociais que gerem a entrada das pessoas na economia produtiva, em políticas econômicas que gerem produtividade (Midgley, 1999; Kerstenetzky, 2011; Mercan & Sezer, 2014).

Em suma, o modelo proposto indica que o investimento em gasto público social realizado pelo Estado gera um efeito negativo no crescimento econômico em todos os cenários analisados de variáveis de controle. Identificar a forma como a política social está sendo direcionada, possibilitará aos gestores dos países aplicarem os recursos em gastos sociais que de fato gerem produtividade econômica, gerando assim crescimento da economia.

4.2.2 Efeito dos gastos públicos sociais em ambientes com alta e baixa desigualdade de renda nos países da OCDE e CEPAL

A Tabela 3, painéis A e B, mostram um R^2 ajustado levando em consideração todos os controles de 0,4641 e 0,2612 para os países da OCDE e CEPAL, respectivamente. Estes dados significam que aproximadamente 46,41% e 26,12% das variações no crescimento do PIB para os países da OCDE e CEPAL respectivamente podem ser explicadas pelos gastos públicos sociais, mais o ambiente de desigualdade de renda e as variáveis de todos os controles.

Os resultados da regressão para a Tabela 3, painéis A e B, levando em consideração todos os cenários dispostos revelaram que o efeito dos gastos públicos sociais sobre o crescimento em ambientes de baixa e alta desigualdade de renda é significativo e negativo tanto para os países pertencentes a OCDE como para os países pertencentes a CEPAL.

Esse resultado permite afirmar que nos países pertencentes a CEPAL o efeito dos gastos públicos sociais no crescimento econômico é significativo e negativo, independentemente da desigualdade de renda, ou seja, mesmo em ambientes com alta desigualdade de renda o efeito do investimento do Estado em gastos sociais não gera crescimento do PIB, tornando sem efeito a hipótese 2a e corroborando os estudos de (Persson & Tabellini, 1994; Alesina & Perotti, 1996; Deininger & Olinto, 2000).

Para os países da OCDE, o efeito dos gastos públicos sociais no crescimento econômico também é significativo e negativo, mas esse efeito é ligeiramente atenuado pela desigualdade de renda.

A pesquisa também se utilizou de um modelo de regressão linear múltiplo distinto, acrescentando às variáveis de controle utilizadas o estoque de capital, isto, entretanto não alterou o resultado básico da pesquisa, de que os investimentos em gastos públicos sociais estão afetando negativamente a taxa de crescimento econômico dos países analisados.

Em resumo, este estudo mostra que existe uma relação significativa e negativa dos investimentos em gastos públicos sociais com o crescimento econômico, devido possivelmente

ao direcionamento inadequado de poupança para políticas públicas sociais. Os gestores públicos para elevar o padrão de vida das pessoas, se esses resultados estiverem corretos, deveriam assim direcionar os gastos públicos sociais para investimentos capazes de incrementar a produtividade ou a elevar a dotação de fatores de produção e assegurar que essas despesas sociais possam influenciar de forma significativa e positiva o crescimento do PIB, melhorando o padrão de vida das pessoas ao longo do tempo (Cândido Junior, 2001; Kangas & Palme, 2005; Mankiw, 2009; Nikolai, 2012; Mercan & Sezer, 2014; Ahn & Kim, 2015; Popa, 2016).

Os resultados apresentados seguem sumarizados na tabela abaixo:

Tabela 6
Resultados

HIPÓTESES	RESULTADO
Hipótese 1 – Os gastos públicos sociais têm efeito positivo no crescimento econômico.	Sem efeito
Hipótese 2a – Os gastos públicos sociais têm efeito positivo no crescimento econômico em ambientes com alta desigualdade de renda.	Sem efeito
Hipótese 2b – Os gastos públicos sociais têm efeito negativo no crescimento econômico em ambientes com baixa desigualdade de renda.	Com efeito

Fonte: Elaborado pelos autores

5 Conclusão

O objetivo deste estudo foi verificar se o investimento em gasto público social realizado pelo Estado pode incrementar o crescimento econômico e se tal efeito depende das características intrínsecas aos ambientes analisados, em particular, a desigualdade de renda.

Os resultados da análise revelaram que em um cenário, levando em consideração apenas o efeito dos investimentos em gastos públicos sociais sobre a economia, o efeito é negativo sobre o crescimento do PIB. Em outro cenário, levando em consideração ambientes com alta desigualdade de renda e baixa desigualdade de renda, encontrou-se que o efeito dos investimentos em gastos públicos sociais sobre o crescimento econômico continua sendo negativo, sendo que em ambientes com baixa desigualdade de renda o efeito se torna ligeiramente atenuado.

Os resultados encontrados por esta pesquisa não sugerem, entretanto, que os países não devam realizar investimentos sociais. Estes são necessários em muitos países, como no Brasil, que é uma sociedade ainda muito desigual e com muita pobreza. O ponto é que os investimentos em gastos públicos sociais da forma como tem sido implementado não parecem ter o potencial para afetar o crescimento o que sugere que outras políticas devam ser tentadas para esse fim: por exemplo, políticas que incentivem o aumento da taxa de poupança, investimentos em capital

humano e conhecimento tecnológico ou ainda medidas que levem a construção de instituições que melhorem o nosso ambiente de negócios.

A principal limitação desse estudo foi a utilização dos dados totais dos gastos públicos sociais dos países da CEPAL e da OCDE, não levando em consideração, para fins de análise, dados setoriais. Outra limitação foi à consideração de países pertencentes apenas à CEPAL e a OCDE.

Desse modo, em razão do número limitado de países e da utilização de dados totais dos gastos públicos sociais, torna-se interessante a realização de estudos adicionais que envolvam mais países e de outros continentes e assim permitam tornar mais gerais os resultados aqui obtidos.

Referências

- Aghion, P., Caroli, E., & Garcia, P.C. (1999). Inequality and economic growth: the perspective of the new growth theories. *Journal of Economic Literature*, 37(4), 1615-1660.
- Ahn, S. H., & Kim, S. W. (2015). Social investment, social service and the economic performance of welfare states. *International Journal of Social Welfare*, 14, 109-119.
- Alesina, A., & Perotti, R. (1996). Income distribution, political instability, and investment. *European Economic Review*, 40(6), 1203-1228.
- Andrade, S. A. de, & Teixeira, A., & Fortunato, G. (2014). Influência dos gastos públicos sociais sobre o PIB dos municípios do Estado de Minas Gerais. *Revista Economia e Gestão*, 14(35).
- Araújo, J. A. de, MONTEIRO, V. B., & Morais, G. S. (2014). Gastos públicos e crescimento econômico: evidências da economia cearense. *Revista de Ciências Administrativas*, 20(1), 11-40.
- Bhagwati, J. N. (1982). Directly unproductive, profit-seeking (DUP) activities. *The Journal of Political Economy*, 90(5), 988-1002.
- Cândido Jr, J. O. (2001). Os gastos públicos no Brasil são produtivos? IPEA. *Texto para discussão*, (781).
- Castro, K. P. de, & Afonso, J. R. (2009). Gasto social no Brasil pós 1988: uma análise sob a ótica da descentralização fiscal. *Revista de Política, Planejamento e Gestão da Saúde*, 1(1), 34-56.
- Cepal. (2014). Comissão Econômica para a América Latina; CARIBE, E. O. *Panorama social de América Latina*. Santiago do Chile: Cepal.
- Deininger, K., & Olinto, P. (2000). Asset distribution, inequality, and growth. *World Bank Development Research Group Working Paper*, (2375).
- Esping-Andersen, G. (2002). Towards the good society, once again? In: Esping-Andersen, G. (Ed.). *Why we need a new welfare state*. London: Oxford University Press. viii-xxiv.

- Everhart, S. S., Vazquez, J. M., & McNab, R. M. (2009). Corruption, governance, investment and growth in emerging markets. *Applied Economics*, 41(13), 579-1594.
- Forbes, k. J. (2000). A reassessment of the relationship between inequality and growth. *The American Economic Review*, 90(4), 869-887.
- Galor, O., & Tsiddon, D. (1997). The distribution of human capital and economic growth. *Journal of Economic Growth*, 2(1), 93-124.
- Hansson, P., & Henrekson, M. (1994). A new framework for testing the effect of government spending on growth and productivity. *Public Choice*, 81(3-4), 381-401.
- Kangas, O., & Palme, J. (2005). Coming Late-Catching Up: The Formation of a Nordic Model. *Social policy and economic development in the Nordic countries*, 17-59.
- Kerstenetzky, C. L. (2011). Welfare state e desenvolvimento. *Revista de Ciências Sociais*, 54(1), 129-156.
- Khan, H., & Bashar, O. K. (2015). Social expenditure and economic growth: Evidence from Australia and New Zealand using cointegration and causality tests. *The Journal of Developing Areas*, 49(4), 285-300.
- Kwon, H. J., Mkandawire, T., & Palme, J. (2009). Introduction: social policy and economic development in late industrializers. *International Journal of Social Welfare*, 18(s1).
- Mankiw, N. G. (2009). Introdução à economia: tradução da 3ª. edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning.
- Mcdonald, B. D., & Miller, D. R. (2010). Welfare programs and the state economy. *Journal of Policy Modeling*, 32(6), 719-732.
- Mercan, M., Sezer, S. (2014). The effect of education expenditure on economic growth: the case of Turkey. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 109, 925-930.
- Midgley, J. (1999). Growth, redistribution, and welfare: toward social investment. *The Social Service Review*, 73(1), 3-21.
- Midgley, J., & Tang, K. L. (2001). Social policy, economic growth and developmental welfare. *International Journal of Social Welfare*, 10(4), 244-252.
- Midgley, J., Livermore M. (1998). Social capital and local economic development: implications for community social work practice. *Journal of Community Practice*, 5(1-2), 29-40.
- Murray, C. A. (1984). *Losing ground: American social policy, (1950-1980)*. Basic Books.
- Nelson, M., & Stephens, J. D. (2012). Do social investment policies produce more and better jobs? In: Morel, N., Palier, B., & Palme, J. (Eds.). *Towards a social investment welfare state?: Ideas, policies and challenges*. Policy Press. 191-205.
- Nikolai, R. (2012). Towards social investment? Patterns of public policy in the OECD world. In: Morel, N., Palier, B., & Palme, J. (Eds.). *Towards a social investment welfare state? Ideas, policies and challenges*. Policy Press, 91-116.
- Nolan, B. (2013). What use is ‘social investment’? *Journal of European Social Policy*, 23(5), 459-468.
- OCDE. (2014). Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Society at glance*.

- Persson, T., & Tabellini, G. (1994). Is inequality harmful for growth? *The American Review*, 84(3), 600-621.
- Popa, F. (2016). Aspects concerning endogenous growth in the macroeconomic theories. *Economics, Management and Financial Markets*. 11(1), 231-243.
- Putnam, R. (1995). Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, 6(1), 65-78.
- Sant'anna, J. M. B. (2006). *Efeito do gasto público sobre o PIB: um teste empírico nos Municípios do Estado do Espírito Santo. 2006. 101f* (Doctoral dissertation, Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). FUCEPE. Vitória).
- Shera, A., Dosti, B., & Grabova, P. (2014). Corruption impact on economic growth: an empirical analysis. *Journal of Economic Development, Management, IT, Finance and Marketing*, 6(2), 57-77.
- Soares, F. V., Ribas, R. P., & Osório, R. G. (2010). Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Família: Cash transfer programs in comparative perspective. *Latin American Research Review*, 45(2), 173-190.
- Transparency International. (2016). *Corruption perception index*. Recuperado em 8 maio, 2016, de www.transparency.de/documents/cpi/index.html.
- Welch, F. (1999). In defense of inequality. *The American Economic Review*, 89(2), 1-17.
- World Bank Group. (2016). *Doing business database*. Recuperado em 08 maio, 2016 de www.doingbusiness.org/methodology/starting-a-business.
- World Bank. (2016). *World Development Indicators-WDI*. Recuperado em 07 maio, 2016 de data.worldbank.org.